

DO TESTEMUNHO TEMPORAL AO IMAGINÁRIO ESPACIAL: DESCOBRINDO A FRENTE RIBEIRINHA DE LISBOA ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA

João Pedro Cruz

jppereiracruz@gmail.com

Resumo

Na antiguidade, o território onde a cidade de Lisboa viria a crescer era bastante diferente. As águas do estuário do Tejo banhavam as margens e inundavam parcialmente alguns dos vales hoje construídos. Apesar dos agentes naturais terem contribuído para a gradual modificação da margem Sul do estuário, com o sucessivo assoreamento do rio Tejo neste ponto final do seu percurso, as transformações mais significativas foram conduzidas pelo homem. Este construiu, nos terrenos baixos e lodosos junto do Tejo, aterros e espaços planos que marcaram o início, há mais de dois mil anos, da estreita relação entre a terra habitada e o rio.

Perante a longevidade desta relação, é possível depreender que o processo de formação da frente ribeirinha lisboeta tenha atravessado diferentes momentos de crescimento, desde a sobreposição das malhas urbanas, correspondentes aos diferentes povos que habitaram nos primórdios o lugar da actual Lisboa, passando pelos aterros executados, entre os séculos XIV e XVII, nas praias e nas margens compreendidas entre a Porta de Santa Catarina e a Porta da Cruz, até aos aterros mais complexos, construídos nos séculos XIX e XX, e cuja dimensão ultrapassava em muito os anteriores.

Ao longo dos tempos, a frente ribeirinha foi o palco da mediação entre a cidade e o rio, pertencendo a ambos. Contudo, com as sucessivas fases da sua consolidação, a cidade de Lisboa foi-se voltando para o interior. Para uma justa interpretação do processo evolutivo que originou esta mudança, crê-se como fundamental a compilação de elementos cartográficos que, devidamente ordenados, sejam capazes de contar, detalhadamente, a história da frente ribeirinha de Lisboa. Deste modo, a investigação que este artigo pretende apresentar contempla a recolha de mapas hidrográficos da barra e estuário do Tejo (desde a carta portuguesa de Fernando Alvaro Secco, datada de 1560¹, até à *Carta geral que compreende os planos das principaes barras da costa de Portugal aqual se refere a carta reduzida da mesma costa*², datada de 1811 e da autoria de Miguel Marino Franzini) que nos ajudam a fazer uma aproximação ao lugar de Lisboa; a recolha de dados e estudos arqueológicos que permitem apontar o traçado conjectural da linha de costa nos períodos iniciais da génese da frente ribeirinha lisboeta, aquando da ocupação pré-romana e romana; a recolha de gravuras e relatos de época que permitem compreender melhor o ambiente junto do rio, no período compreendido entre o século XIII e o século XVII, antes do aparecimento da primeira cartografia; e a recolha das várias cartas topográficas de Lisboa, destacando-se, pela sua notável riqueza compositiva, o *Levantamento de Lisboa de 1856*, da autoria de Filipe Folque e, mais tarde, o *Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904-1911*, desenhado por Silva Pinto, que demonstram a evolução que a linha costeira sofreu ao longo dos tempos.

Porém, é de salientar que este trabalho não se resume a um mero acto de compilação. O grande impulso da investigação apresentada neste artigo é justamente proporcionado pela realização de plantas originais e inéditas que conjugam, no mesmo desenho, a cidade histórica e a cidade contemporânea, evidenciando o papel importante que a cartografia histórica possui no processo de investigação e de construção do imaginário espacial de um determinado lugar, processo esse inerente à prática arquitectónica. Estas plantas – fruto da sobreposição da cartografia histórica com o traçado da malha urbana e do porto de Lisboa actual – acrescentam um novo olhar sobre a frente ribeirinha de Lisboa, admitindo a interpretação livre do investigador que sobre elas se debruçar. Ao confrontar as diferentes cartas, e os diferentes momentos históricos da frente ribeirinha lisboeta, com a realidade que a mesma atravessa nos dias de hoje, estas plantas permitem colocar hipóteses sobre uma série de momentos deste território que têm permanecido, até agora, envoltos numa espécie de neblina. Aliás, é pertinente referir ainda a utilidade desta investigação na descoberta de outras pistas que, imersas na abundante riqueza das cartas, podem constituir objecto de estudo nas mais diversas disciplinas.

Palavras-Chave: Urbanismo, cartografia, Tejo, linha de costa, margem

¹ SECO, Fernando Alvaro – *Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio*. Roma: [S.n.], 1560. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em [www:<URL: http://purl.pt/5901](http://purl.pt/5901).

² FRANZINI, Marino Miguel – *Carta geral que compreende os planos das principaes barras da costa de Portugal aqual se refere a carta reduzida da mesma costa*. [London: A. Arrowsmith, 1811. Lisboa, Biblioteca Nacional. Disponível em [www:<URL: http://purl.pt/4500/3/](http://purl.pt/4500/3/).

Abstract

In ancient times, the territory where subsequently the city of Lisbon grew was quite different. The waters of the Tagus estuary bathed the shores, and partially flooded some of the valleys built today. Despite of natural agents have contributed to the gradual modification of the south edge of the estuary, with the successive silting-up of the river in the end of his route, the most significant transformations were driven by man. He built landfills and flat spaces on the low and muddy terrain along the river, creating the close relationship between the inhabited earth and the water that lasts for more than two thousand years.

Given the longevity of this relationship, it is understood that the process of formation of the Lisbon's riverfront has gone through different stages of growth: the initial overlap of urban networks belonging to the different races who inhabited the primary place of Lisbon; the landfills built between the fourteenth and seventeenth century, over the beaches and the banks that existed between the doors of Lisbon's fortified walls; and more recently, the construction of the current landfills, built in the nineteenth and twentieth centuries, and whose size and complexity far exceeded the previous.

However, with so many successive phases of riverfront consolidation, the city of Lisbon was being relegated to the inside. The construction of the Port of Lisbon, as well as the rail and the road structures, have heightened this increasingly latent separation between the city and the river.

Through the analysis of the evolution of the Lisbon's riverfront this paper aims to understand, without being nostalgic, if it is possible to return the river to the city, creating environments that cross both, without jeopardizing the structure and mechanisms that ensure, nowadays, the productivity of the port of Lisbon.

Thus, the research that this article aims to present contemplates the collection of hydrographic maps of the bar and the Tagus estuary (from the Portuguese letter of Fernando Alvaro Secco, dated in 1560, to the General chart that comprehends the plans of the principal bars of the coast of Portugal, dated in 1811, and written by Miguel Marino Franzini) that help us to make an approach to the place of Lisbon; data collection and archaeological studies that allow us to make a conjectural tracing of the coastline in the initial periods of the genesis of the Lisbon riverfront, during the pre-Roman and Roman occupation; the collection of engravings and period that permits a better understanding of the environment along the river, in the period between the thirteenth century and the seventeenth century, before the appearance of the first cartography; and finally, the collection of several topographic maps of Lisbon, especially, for their outstanding compositional richness, the Survey of Lisbon 1856, authored by Filipe Folque and, later, the Topographical Survey of Lisbon in 1904-1911, designed by Silva Pinto, showing the evolution that the Lisbon coastline has suffered over the years.

However, it should be noted that this work is not limited to a mere act of compilation. The major thrust of the research presented in this paper is precisely provided by conducting original and unpublished plants that combine in the same design, the historic city and the contemporary city, highlighting the important role that historical cartography has in the process of research and construction of Space imagery of a particular place, a process inherent in the architectural practice. These plants - the result of replacing historical cartography with the layout of the urban network and the current Lisbon port - add a new look on the riverfront in Lisbon, admitting the free interpretation that the investigator about them lean. By confronting the different charts, and the different historical moments of the Lisbon riverfront, with the fact that it crosses today, these plans allow you to place assumptions about this territory, that have remained, until now, wrapped in a mist. Moreover, it is also pertinent to mention the usefulness of this research in finding other clues which, immersed in the abundant wealth of the cartography may form the object of study in various disciplines.

Keywords: Tubanis, Tagus, Coast line, border, landfill port.

A hidrografia do estuário e a topografia da cidade

[...] tendo diante de si o grande Oceano, o qual, entrando, pela terra, faz uma larga enseada, que termina no cabo de Finis Terrae pela parte do Norte, e pela do Meio-dia, no de S. Vicente, ficando estes dois promontórios como duas balizas da sua grandeza [...]³. (MENDES DE VASCONCELOS, 1990, pp. 35-36)

Entre cabos, o estuário do Tejo é uma porta larga sobre o Atlântico.

A sua dimensão considerável e o afastamento que possui em relação à linha costeira que rege Portugal a oeste, criando uma antecâmara inundada, abrigada dos ventos e dos perigos marítimos, é desde há muito sobejamente afamada. O estuário remata a estrutura natural do vale do Tejo, que figura um limite geográfico

³ MENDES DE VASCONCELOS, Luís – *Do Sítio de Lisboa – Diálogos*, Org. e Notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 35-36.

bastante marcado na Península Ibérica. Este limite separa os «vastos planaltos e montanhas de Castela-Velha, com Invernos frios e Verões relativamente frescos, nos quais a oliveira já não consegue vencer»⁴ (DAVEAU, 1994, p. 26), dos Verões sequíssimos e tórridos que se fazem sentir nas planícies do sul, para onde corriam os pastores nortenhos e os seus rebanhos, afastando-se do rigor invernos.

Apesar das qualidades do estuário, as virtudes que levaram à implantação da cidade não provinham somente do mar; desde a antiguidade que os apetecíveis acidentes topográficos atraíam a fixação dos povos. A toponímia do lugar de Lisboa é prova disso mesmo: «Alis ubbo», nome dado pelo povo fenício, significava possivelmente «enseada amena»; já os Romanos nomearam o lugar de «Olissipo» que, segundo alguns investigadores, se referia ao «lugar onde se reúnem cavalos», descrevendo as «potencialidades agrícolas e pecuárias ímpares que já nesse tempo caracterizavam as terras do vale do Tejo»⁵ (AIRES MATEUS, ASSOCIADOS, LDA., BUGIO II, ARQUITECTURA LDA., PEDRO DOMINGOS, ARQUITECTOS LDA., 2005, p. 12).

O lugar de Lisboa nasce assim do cruzamento da complexa estrutura hidrográfica do Vale do Tejo com a cadeia de serras portuguesas pertencentes à Cordilheira Central – que no topo ocidental estendem os seus dedos formando as colinas onde assenta a actual cidade. Ao analisar o seu relevo, podemos compreender uma parte importante da génese da cidade. A morfologia do terreno compõe um esqueleto, basilar em todo o processo formativo da cidade, que nos deslumbra pela cumplicidade entre o natural e o construído, entre a encosta e o edificado. Através de um simples exercício de sobreposição de camadas – curvas de nível, principais vias da cidade e edifícios – compreendemos rapidamente que os vales são parte integrante da ossatura desse esqueleto. Surgem na parte interior da cidade e ganham maior expressão junto ao rio, graças à confluência das várias linhas de água nos troços anteriores ao desaguar.

Com a sobreposição destas três malhas constatamos também que os pontos notáveis do território coincidem com os edifícios e estruturas, também eles assinaláveis, da cidade. Trata-se portanto da implantação da cinta amuralhada, que veio bordejando um dos cabeços de Lisboa, assinalando o promontório que esteve na origem, por razões óbvias, da urbe lisboeta: defendido pela topografia, dominava por inteiro o sistema de vistas e o seu acesso através da linha de fecho era facilmente controlado. Conquistando primeiramente a colina do castelo, a cidade desceu progressivamente para sul. Ao descer, foi ocupando os vales férteis e as colinas que os demarcam, até alcançar a margem ribeirinha, construindo desde muito cedo a estreita relação entre o relevo e o estuário. Os palácios e conventos possuíam também uma estreita ligação com o sistema colinar. Implantavam-se tendo em consideração a exposição solar e os declives, a fertilidade dos solos, os recursos hídricos do lugar e o sistema de vistas sobre o rio.

O esteiro pré-romano

Apesar das primeiras cartas hidrográficas acerca do estuário do Tejo datarem da época dos Descobrimientos portugueses, sabe-se que na pré-história a água do estuário ainda transbordava e inundava alguns dos vales da margem norte. Dos muitos braços de água que penetravam a margem, destacava-se o esteiro marinho que banhava o monte de S. Francisco e o monte do Castelo. O sopé dos montes era inundado pelas vagas de água que, vindas do estuário, formavam uma «praia estreita e pequena»⁶ (LOUREIRO, 1906, p. 69) nos terrenos onde se encontra actualmente a Baixa pombalina. No esteiro confluíam duas linhas de água «que correspondem hoje aos eixos Arroios - Anjos - Mouraria e S. Sebastião - Santa Marta - São José - Portas de Santo Antão»⁷ (GASPAR, 1994, p. 15).

⁴ DAVEAU, Suzanne – *Lisboa Subterrânea: A foz do Tejo, palco da história de Lisboa* Lisboa: Electa, 1994, p. 12.

⁵ AIRES MATEUS, ASSOCIADOS, LDA., BUGIO II, ARQUITECTURA LDA., PEDRO DOMINGOS, ARQUITECTOS LDA. – *Estudo de Intenções para o Porto de Lisboa, na Área entre Belém e Matinha*, 1ª Fase. Lisboa: Ed. APL, 2005, p. 12.

⁶ LOUREIRO, Adolpho – *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Vol. III, pt. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p. 69.

⁷ GASPAR, Jorge – *Lisboa Subterrânea: Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território*. Lisboa: Electa, 1994, p. 15.

A existência deste esteiro foi descrita no primeiro documento de que há registo, da autoria do geógrafo árabe Edrici ([S.d.], pp. 71-72.) que, no século XII, descreveu a cidade de Lisboa e o rio Tejo da seguinte forma:

Lisboa ergue-se na margem de um rio que se chama Tejo ou rio de Toledo. A sua largura junto de Lisboa é de seis milhas e a maré faz-se sentir aí vivamente. Esta bela cidade estende-se ao longo do rio, está cercada de muralhas e é protegida por um castelo. No centro da cidade existe uma fonte de água quente, tanto no verão como no inverno⁸.

Depreende-se que a fonte de água que Edrici apontou seja o esteiro marinho pois, segundo a investigação do engenheiro Adolpho Loureiro referida na obra *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, as religiosas de S. Vicente navegaram de barco, no ano de 1173, desde o *promontorium sacrum* até à Mouraria, desembarcando numa das portas da cidade (onde mais tarde viria a ser o arco do marquês do Alegrete), e daí partiram para o seu templo. A partir da sua investigação, Adolpho Loureiro (1906, p. 70.) não só provou a existência do esteiro, como também demonstrou que era navegável⁹. Um outro engenheiro, Augusto Vieira da Silva (1987, *passim.*), também corroborou a existência do braço de água supracitado, referindo na obra *As Muralhas de Lisboa*, que «em épocas muito remotas, antes do aparecimento do homem sobre a terra, era essa região um extenso esteiro ou estuário por onde entravam e refluíam as águas do Tejo, separando os montes de S. Francisco e do Castelo»¹⁰.

Através das sondagens arqueológicas enunciadas no artigo intitulado «Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça»¹¹, da autoria de João Pimenta, Marco Calado e Manuela Leitão, foram detectados, em vários locais da colina do castelo e da vertente voltada a Sul, vestígios pré-romanos. Perante a localização dispersa dos vários vestígios encontrados, depreende-se que a área de ocupação pré-romana – com destaque para as colónias fenícias que aqui implantaram o seu entreposto comercial no século XII a. C, e lhe atribuíram a denominação de *Allis Ubbo* (baía amena) – tenha sido grande. Pela localização dos vestígios, também é possível depreender que na época pré-romana o esteiro já possuía um caudal mais reduzido do que aquele que possuía no início.

Da ribeira de *Olisipo* às praias medievais

A implantação romana nas colinas de Lisboa deveu muito às ocupações anteriores deste território, que se estendiam «desde as praias quaternárias de Sintra - Cascais e Caparica - Cabo Espichel até aos concheiros

⁸ EDRICI – *Lisboa e o Tejo nos princípios do séc. XII* in *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I, organização, prólogo e notas de António Borges Coelho. Lisboa: Seara Nova, pp. 71-72.

⁹ «Naquelle tempo a margem do rio e do esteiro marítimo de Lisboa, entrando no valle, seguia por alturas da Boa Hora, da rua do Crucifixo, e pela praça de D. Pedro penetrava nas ruas de Santo Antão e de S. José até cima da rua das Pretas, para descer depois, e, passando pela frente do palacio do conde de Almada, continuar por detraz de S. Domingos, entrar no valle de Arroyos pela rua da Palma e descer pela da Mouraria. Seguindo pela base do monte, onde assenta o castello de S. Jorge e a sua cêrca, passava a S. Mamede e pela Magdalena, e prosseguia pela rua dos Bacalhoeiros até o chafariz d'El-Rei.

Para ver como era navegavel este esteiro cita-se primeiro o chamado Canal de Flandres, nome que principiou a dar-se-lhe depois que os navios inglezes vieram a Lisboa como aliados de D. Fernando e de D. João I. Era talvez ahi que vinham fundear os navios flamengos, que frequentavam então o nosso porto. Sendo factó averiguado que se lhe dava anteriormente o nome de canal, não quereria com isto designar-se o primeiro canal de esgoto e de drenagem da via publica? Conta-se tambem que, quando D. Affonso Henriques mandou vir do promontorium sacrum, em 1173, as religiosas de S. Vicente, que é o padroeiro da cidade, vieram ellas em barco até a Mouraria, ao sitio onde havia então a porta da cidade, chamada depois a porta de S. Vicente (arco do marquez de Alegrete), onde foram desembarcadas e levadas processionalmente para o templo». Ver, sobre este assunto, LOUREIRO, Adolpho – *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Vol. III, pt. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, p. 70.

¹⁰ VIEIRA DA SILVA, Augusto – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3. Ed. Lisboa: CML, 1987, *passim.*

¹¹ PIMENTA, João, CALADO, Marco, LEITÃO, Manuela – «Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça» in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. [Em linha]. vol, 8, n.º 2 (2005), pp. 313-334. [Consult. 28 Jan. 2014]. Disponível na internet: <URL: <http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia>>.

de Muge»¹² (GASPAR, 1994, p. 15). Aproveitando-se do castro¹³ das povoações pré-romanas, os romanos construíram a sua muralha, bordejando as encostas onde se viria a implantar o castelo medieval. A muralha romana descia desde o *oppidum*¹⁴ até ao esteiro do Tejo. Os romanos concentraram, na zona banhada pelo rio, as actividades portuárias e piscícolas, e apoderaram-se dos vales, implantando pontualmente os equipamentos basilares da civilização romana: as termas, localizadas junto ao esteiro supracitado; as fábricas de salga de peixe, também banhadas pelo braço de água; a necrópole, no lugar da actual Praça da Figueira; e o Teatro (um pouco acima da Basílica), sobranceiro à água, na encosta da colina fortificada.

O império romano aproveitou as condições topográficas e hidrográficas, e foi moldando o território, que inicialmente se subdividia em pequenas ilhas alagadas, posteriormente ampliadas, ligadas entre si pela construção dos edifícios notáveis e dos bairros da urbe romana. O conjunto romano acabaria por se densificar, e o território abrangido por este núcleo, denominado de Olisipo, ostentaria, tal como Roma, o designio de município.

No período muçulmano, e ao contrário do romano (Pax Romana), a cidade estava condicionada pelos tumultuosos avanços da reconquista cristã. Por isso, a cidade muçulmana concentrava-se sobretudo no interior da muralha fortificada. A cerca moura limitava os quinze hectares onde se encontravam a Medina e o Alcácer. Como esta pequena porção de terreno encerrada entre muros não era suficiente para albergar toda a população, a cidade extravasou os seus limites, apropriando-se de terrenos a nascente e a poente.

A cidade muçulmana acabou por cair a 25 de Outubro de 1147, e depois da Reconquista os cristãos ocuparam a medina e o alcácer – pólo central da antiga cidade moura. Os muçulmanos que permaneceram na cidade foram deslocados para a zona da actual Mouraria, que nesse tempo ficava junto ao esteiro que corria vindo de norte, e que irrigava os terrenos e os seus hortejos.

No ano de 1220 o canal do esteiro já se encontrava entupido devido ao entulho e ao lixo nele depositado, impedindo, como afirma Vieira da Silva, as embarcações de navegarem para lá de um certo limite, marcado pela Rua da Calçetaria. O esteiro já não representava um limite tão vincado na frente ribeirinha, e por isso, no século XIII, a cidade acabou por extravasar esse limite. Foram construídas pontes e pontões sobre este córrego que possibilitavam o atravessamento para a margem ocidental do esteiro, e que duraram «até ao seu encanamento no final de Quatrocentos»¹⁵ (CAETANO, 2004, p. 34). Apesar desse sinal de crescimento, a praia medieval, localizada nas traseiras da cerca da cidade, possuía uma dimensão transversal bastante reduzida, resultado da fraca expansão urbana (para poente e nascente) até aquele momento. Para além da sua extensão limitada, a praia era bastante apertada, não estava edificada, e tinha um limite bastante irregular.

A frente ribeirinha entre [1375 – 1495]

Com o acentuar dos conflitos com Castela, surgiu a necessidade de aumentar a área protegida da cidade e, por conseguinte, ampliar o seu limite fortificado. Com a construção da cerca fernandina no último quartel do século XIV, a muralha passou a ter uma presença considerável na frente ribeirinha, pontuando ritmadamente a praia, com as suas torres, portas e postigos.

¹² GASPAR, Jorge – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território. Lisboa: Electa, 1994, p. 15.

¹³ O castro é um lugar fortificado das épocas pré-romana e romana, na Península Ibérica. Corresponde a um povoado permanente ou a um refúgio das populações circunvizinhas em caso de perigo.

¹⁴ Júlio César apelidou com esta designação algumas das povoações da Idade do Ferro, encontradas na Gália. As *oppidas* localizavam-se num ponto de cota mais alta, geralmente fortificado. *Oppidum* é o termo em latim utilizado para descrever as principais povoações constituintes do Império Romano que, após a conquista de determinado território, utilizavam as fundações pré-romanas normalmente localizadas neste cume.

¹⁵ CAETANO, Carlos – *A Ribeira de Lisboa, Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Editora Pandora, 2004, p. 34.

O limite fortificado junto ao rio estava balizado pela Porta de Santa Catarina e pela Porta da Cruz¹⁶. Estas duas entradas ligavam a cidade intra-muros às principais estradas que conduziam aos arrabaldes envolventes, localizados a este e a oeste. O restante limite fortificado compreendido entre estes dois acessos possuía múltiplas aberturas (cuja utilidade e importância variavam), que ligavam a cidade intra-muros à zona ribeirinha.

A frente ribeirinha entre [1495 – 1521]

No início do século XVI a frente ribeirinha de Lisboa encontrava-se em pleno processo de ampliação devido aos sucessivos aterros sobre o Tejo. A extensa dimensão dos aterros na zona frontal devia-se sobretudo à implantação do Paço da Ribeira, ou Paço Real, mandado construir por D. Manuel. Desde muito cedo que este soberano acompanhou as actividades navais, assistindo todos os dias, segundo Júlio de Castilho, à construção das naus e das galés nos armazéns banhados pelo Tejo. Estava tão maravilhado com a construção náutica que decidiu edificar um palácio à beira do Tejo, donde, debruçado nas varandas, pudesse admirar todo o fulgor das obras navais. Criou-se então o Paço da Ribeira sobre as casas da Índia e da Mina, tal como refere Gaspar Corrêa em *Lendas da Índia*:

E porque o aposento d'El Rey era nos paços do Castello de Lisboa, e folgava de ser presente, e hia, e vinha cada dia estar nas casas dos almazens, entendeu em mandar fazer casas pera seu aposento nos mesmo almazens, em que se fizerão nobres paços, e debaixo delles grandes casas pera recolhimento e feitoria das mercadorias da India e Mina; o que depois polo tempo se fez em muyta perfeição, como oje em dia parece¹⁷. (CORRÊA, 1858-1863, tomo IV, p. 529).

No extremo oposto ao paço real ficava o edifício da Alfândega, iniciado (tal como o Paço da Ribeira) no reinado de D. Manuel, nas primeiras décadas do século XVI. Segundo Carlos Caetano, as obras começaram em 1517, data em que os terrenos para o construção do coetâneo Terreiro do Trigo foram doados. Na *Vista de Lisboa*¹⁸ de 1530, desenhada por Antonio de Holanda e Simao de Benning, ainda é possível ver a Alfândega em construção, que só viria a ser concluída no reinado de D. João III.

A construção deste edifício destacou-se na época por ter sido edificada sobre o rio. Através das técnicas que já tinham sido utilizadas na construção do baluarte anteriormente referido, formaram-se aterros bem consolidados e implantaram-se estacas em pleno rio. O edifício era constituído por uma estrutura compacta, bastante regular, «feito todo de pedra cantaria em figura quadrangular»¹⁹ (OLIVEIRA, cit. in CAETANO, 2004, p. 226), e assentava num pódio avançado ligeiramente sobre a água, que impunha «uma severa regulação à frente fluvial [...] com um logradouro praticável e um cais privativo»²⁰ (CAETANO, 2004, p. 163), como é possível verificar pelas gravuras e pela *Planta da Cidade de Lisboa : 1650*²¹, desenhada por João Nunes Tinoco.

¹⁶ Esta porta foi a primeira abertura na muralha erigida no reinado de D. Fernando. Segundo Júlio de Castilho, entre o século XVI e o século XVII, as mercadorias vindas de este, trilhando caminho por Xabregas e Madre de Deus, só podiam entrar na cidade de uma forma: teriam que percorrer a calçada da Cruz de Pedra e a rua de Santa Apolónia, caminhar em direcção ao Campo de Santa Clara e ao Paraíso, e por fim atravessar a porta da Cruz.

¹⁷ CORRÊA, Gaspar – *Lendas da Índia*, Classe de Sciencias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 6 Vol. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858-1863, tomo IV, p. 529.

¹⁸ BENNING, Simao de, HOLANDA, António de – *Vista de Lisboa em 1530* [documento icónico]. [S.l.: s.n., 15--?]. Disponível em [www:<URL: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/fi/fb/Lisboa_1530.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/fi/fb/Lisboa_1530.jpg).

¹⁹ OLIVEIRA, Nicolau de cit. in CAETANO, Carlos – *A Ribeira de Lisboa, Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Editora Pandora, 2004, p. 226.

²⁰ CAETANO, Carlos, op. cit. p. 163.

²¹ *Planta da Cidade de Lisboa: 1650* [João Nunes Tinoco]. Planta da Cidade de Lisboa em que se mostram os muros de vermelho com todas as Ruas e praças da Cidade: 1ª cópia da planta de 1650 (desaparecida) mandada fazer pelo general Pinheiro Furtado, e por ele oferecida à Câmara Municipal de Lisboa em 1850 [...] – [s.l.: s.n., s.d.] – 1 planta ms.: color.; 88 x 62 cm. Lisboa, Museu da Cidade.

No século XV, o Terreiro do Paço ainda não tinha sido aterrado; era apenas «praia de cascalho, areias e lodos, como em geral toda a frontaria marítima da Cidade»²² (CASTILHO, 1840-1919, p. 234), onde se instalavam os *espalmadeiros* – local de querenagem e construção das embarcações. Apesar de no ano de 1478 se ter planeado fazer um cais de embarque neste lugar, antes do projecto para o Paço da Ribeira, só mais tarde é que, por ordem do rei D. Manuel, os *espalmadeiros* foram aterrados, conquistando ao rio o terreno necessário até atingir a configuração do Terreiro do Paço²³.

No ano de 1500, o rei D. Manuel ordenou que se desse início à construção do dito cais, para que apoiasse os armazéns da Casa da Mina, já edificados neste local, e que na altura recebiam os produtos originados pela Conquista. O mesmo monarca ordenou também que se aterrasse a zona em frente do local onde mais tarde se implantaria o Terreiro do Paço e se construísse um tabuleiro ao longo da praia, como podemos depreender das palavras de Damião de Góis (1566-1567, fol. 110), em *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*: «[...] mandou fazer de novo ho caes da pedra de Lisboa, & tabuleiros de longo da praia, & chapharises da cidade tudo de pedra canto»²⁴. A construção do cais e dos aterros não impediu contudo que se continuasse a utilizar a praia para os trabalhos de construção de navios da armada portuguesa, actividade que se manteve após a formação do Terreiro do Paço.

A sul o Terreiro do Paço era caracterizado pelo Cais da Pedra acima mencionado. Este cais fazia parte de um conjunto de novas estruturas de embarque e desembarque, construídas para equipar os recentes espaços conquistados ao rio. O Cais da Pedra foi descrito por Carlos Caetano (2004, p. 148) como «uma vasta e muito profunda plataforma rectangular que avanç[ava] valentemente pelo rio e onde, a espaços regulares, se inser[iam] escadarias nas suas três faces, facilitando as operações de embarque e desembarque»²⁵.

A frente ribeirinha entre [1521 – 1557]

Após a morte de D. Manuel I, foi aclamado rei D. João III. Este monarca acabou por abandonar o Paço da Ribeira, optando por viver, num primeiro momento, no lugar de Xabregas, e, posteriormente, no Paço de Santos (de que se falará mais adiante). Apesar da mudança da residência real, foram feitas obras consideráveis no Paço da Ribeira. As inúmeras actividades construtivas que se fizeram sentir neste período deveram-se certamente ao terramoto que se fez sentir em Lisboa no ano de 1531, destruindo prédios, palácios e edifícios religiosos.

Como se referiu anteriormente, o edifício da Alfândega só seria concluído no reinado de D. João III. Este edifício de planta quadrangular, situado a sul da Igreja da Misericórdia, albergava no seu interior as repartições da Alfândega das Setes Casas, a Casa dos Contos e o Terreiro do Trigo. As Sete Casas localizavam-se no piso superior da ala este do edifício. Aí ficavam as repartições onde se despachavam os vinhos, as carnes, os azeites, as frutas, a lenha, o carvão e os escravos. Sobre o mar existia uma banda de 14 armazéns, de cobertura abobadada, onde se recolhiam as mercadorias que chegavam. Por cima destes armazéns ficava a habitação do Provedor da Alfândega. Do lado oposto, na ala oeste, ficava a Casa dos Contos, onde se prestavam contas de todos os bens e rendas do Estado. Por fim, no limite norte da Alfândega, ficava o edifício do Terreiro do Trigo, onde se armazenava e vendia o respectivo cereal, e que, apesar dos terrenos para a construção do Terreiro terem sido doados no mesmo dia em que se iniciaram as obras da Alfândega, só fora construído no reinado de D. João III.

Embora tivessem programas distintos, o Terreiro do Trigo e a Alfândega faziam parte do mesmo complexo, apertado entre a Igreja da Misericórdia e o rio. O terreiro localizava-se no limite norte da Alfândega,

²² CASTILHO, Júlio de – *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840-1919, p. 234.

²³ Os trabalhos de construção do terreiro do Paço consistiam na utilização de um engenho, a que se chamava bugio, e que consistia em bater e afundar a estacaria que suportava os aterros e os alicerces. Bluteau refere a utilização deste processo no ano de 1584, quando se construía o forte do Terreiro do Paço, sobre estacas e massames.

²⁴ GÓIS, Damião de – *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa: impresso em casa de Francisco Correa, 1566-1567, fol. 110.

²⁵ CAETANO, Carlos – *A Ribeira de Lisboa, Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Editora Pandora, 2004, p. 148.

representando como afirmou Carlos Caetano (2004, p. 162), «a via mais moderna e mais monumental de toda a Lisboa»²⁶, por ser a ligação entre o Terreiro do Paço e a Ribeira das Portas do Mar (actual Campo das Cebolas).

A Ribeira das Portas do Mar, localizada a nascente da Alfândega, era um lugar privilegiado da frente ribeirinha da época, devido à amplitude que alcançara com os aterros e com o muro acostável que os limitava. As gravuras existentes que retratam Lisboa nesta época confirmam essa evolução, ilustrada pela existência de vários pontos de desembarque nesta ribeira. Na *Vista Panorâmica de Lisboa*²⁷, desenhada entre 1540 e 1550, e na estampa de Braun, intitulada *Olissipo Quae Nunc Lisboa [...]* de 1598, constata-se que a Ribeira das Portas do Mar era constituída por um enorme tabuleiro, com um traçado mais recto na zona frontal, onde se encontravam, porventura, os Cais da Rainha²⁸ e o Cais de Santarém²⁹, ladeado por duas bolsas (a este e a oeste) onde atracavam as embarcações.

Apesar da implementação destas novas estruturas portuárias, tudo leva a crer que existiam nessa altura cais da época medieval, como o da Pólvora e o do Carvão, que ainda estavam em funcionamento.

A frente ribeirinha entre [1557 – 1604]

Na *Planta da Cidade de Lisboa: 1650*, desenhada por João Nunes Tinoco, não aparecem os cais ou os tabuleiros que regularizavam a Ribeira das Portas do Mar e os restantes terrenos a oriente, destacando-se, em particular, o desaparecimento do pódio e do cais já descritos, onde assentava a Alfândega. Esta omissão deveu-se, porventura, à distância que a margem avançou neste período, deixando para trás, em terra firme, estas estruturas portuárias. De acordo com a mesma planta a margem aparentava estar mais irregular, levando a crer que o aumento da largura da margem não teve somente origem humana, mas também natural, causada, possivelmente, pelo processo de assoreamento do rio. Esta hipótese foi confirmada por Júlio de Castilho (1840-1919, p. 191) que, após minuciosa observação da Ribeira das Portas do Mar na estampa *Olissipo Quae Nunc Lisboa [...]* de Braun, comprovou que «só uma parte d'este terreiro, que a pouco e pouco se foi augmentando, pela fuga das aguas e pela industria dos homens»³⁰.

Apesar da aparente irregularidade da margem, o alçado ribeirinho ganhou uma maior definição após a construção de mais um edifício notável: o Palácio Côrte-Real (assinalado na planta de João Nunes Tinoco como Paços do Infante). Este palácio implantou-se, como tantos outros, junto do Paço da Ribeira, cuja construção atraiu para junto do rio várias residências nobres. Tal como se pode constatar nos dias de hoje através de qualquer gravura que retrate a época (como as estampas já referidas de Georg Braun), este palácio constituía um notável exemplo arquitectónico que, de forma sumptuosa, ousava rivalizar com o próprio Paço da Ribeira. Este palácio aparece em primeiro plano nas gravuras *Vué du Palais Royal de Lisbonne*³¹ e *Palais du Comte d'Avero [sic] a Lisbonne ou Charles III a été logé*³².

A construção desta residência régia delimitou, com a devida clareza, dois espaços distintos que já existiam: o Corpo da Guarda (mais tarde denominado Corpo Santo), localizado a Oeste dos Paços do Infante, e a Ribeira das Naus. Apesar das actividades de construção naval ocorrerem em diversos pontos da frente

²⁶ Idem, op. cit., p. 162.

²⁷ *Vista Panorâmica de Lisboa* [documento icónico]. [S.l.: s.n., 1540-1550]. – 1 desenho: p&b. Disponível em [www:<URL: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/fff/Lisboa_quinhentista.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/fff/Lisboa_quinhentista.jpg).

²⁸ A Ribeira foi de facto, um sítio extraordinariamente rico em ambientes, que contrastavam entre si. E apesar de alguns não parecerem muito agradáveis, o local foi constantemente visitado pela rainha D. Catarina, mulher do rei D. João III, que passeava entre as barracas de venda, misturando-se com o povo. Talvez por isso existisse na Ribeira um cais denominado de cais da Rainha.

²⁹ O Cais de Santarém era nessa altura o local de destino onde aportavam os mareantes vindos dessa localidade espanhola. A construção destes cais foi determinante na relação da cidade com o rio, que procurou, ao longo dos anos, dotar-se das infra-estruturas necessárias ao comércio de pessoas e bens.

³⁰ CASTILHO, Júlio de – *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840-1919, p. 191.

³¹ *Vué du Palais Royal de Lisbonne* [Visual gráfico]. [S.l.: s.n., 1985]. – 1 reprodução de obra de arte: color.; 25 x 30 cm. Lisboa, Biblioteca Nacional. Disponível em [www:<URL: http://purl.pt/12659/3](http://purl.pt/12659/3).

³² *Palais du Comte d'Avero [sic] a Lisbonne ou Charles III a été logé* [Visual gráfico]. [S.l.: s.n., 1985]. – 1 rep. de obra de arte: color.; 25 x 30 cm. Lisboa, Biblioteca Nacional. Disponível em [www:<URL: http://purl.pt/12657/3](http://purl.pt/12657/3).

ribeirinha, chegando a ocupar, como se pode ver na estampa *Olissipo Quae Nunc Lisboa [...]*, o próprio Terreiro do Paço, a criação da Ribeira das Naus permitiu centralizar essa produção.

A Ribeira das Naus funcionava como um enorme estaleiro naval ao ar livre. Sabe-se, pela representação na *Planta da Cidade de Lisboa: 1650*, que a Ribeira das Naus se encontrava cercada de 'parede e varadouro', que a separavam dos edifícios envolventes a norte, este e oeste. Depreende-se por esse facto que era um local privado, cujo acesso era exclusivo de quem estava associado às actividades navais.

Após o aparecimento da Ribeira das Naus, a frente ribeirinha de Lisboa apresentava, de forma geral, três pontos fundamentais: a respectiva Ribeira das Naus, foco central da indústria naval da época; a Praça da Ribeira das Portas do Mar enquanto grande posto comercial lisboeta; e o Terreiro do Paço, centro nevrálgico da evolução ribeirinha e da vida pública da cidade, controlado pelo poder régio e municipal.

A frente ribeirinha entre [1604 – 1727]

Depois do desaparecimento de D. Sebastião (que havia sucedido a D. João III) e da morte do Rei Cardeal, o Paço foi habitado temporariamente por Filipe I no ano de 1581, aquando da sua visita a Lisboa. Após ter sido habitado por Filipe I e, posteriormente, pelo Duque de Alba e pelo Vice-Rei Cardeal Arquiduque Alberto, o Paço da Ribeira tornou-se a residência do segundo monarca da dinastia filipina. Em 1604, seis anos após o início do seu reinado, o rei Filipe II de Castela mandou construir junto ao rio um parapeito que trancava o Terreiro do Paço a sul, iniciando o seu processo de fortificação. Acerca deste parapeito construído em cantaria, Frei Nicolau de Oliveira (1804, p. 145) afirmou no livro de 1620, *As Grandezas de Lisboa*, o seguinte:

Vendo a Magestade d'el-rei Dom Philippe primeiro d'este nome em Portugal (como prudentissimo que era) de quanta importância era a assistencia da pessoa Real neste Paço, mandou faser (fora delle, no fim de hum grande corredor que estava feito) hum forte de pedraria da melhor, e mais perfeita obra, assi de fora, como de dentro, que se sabe em Europa, donde não só podesse ver o que se fasia, mas também lhe ficasse servindo de mayor recreação, vendo delle quasi todo o Rio, e suas embarcações, assi da parte do Oriente, como do Occidente³³.

Frei Nicolau de Oliveira (1804, p. 145) referiu ainda, em relação às obras de fortificação do Terreiro do Paço, que se tratavam de «obra nova e muito vistosa, em cujos muros bat[ia] o mar em maré cheia»³⁴. O depoimento de Frei Nicolau de Oliveira interessa sobretudo pelo seu reparo (embora pouco detalhado), referindo a altura elevada que possuíam os muros que protegiam nessa época o Terreiro do Paço. Como é possível observar no desenho a tinta-da-china, intitulado *Terreiro do Paço*³⁵ e desenhado na 1ª metade do século XVIII por Francisco Zuzarte, o parapeito era percorível, protegido por uma guarda interior e uma exterior.

Após o dia de 1 de Dezembro de 1640 foi restituída a soberania do reino aos legítimos herdeiros de D. Manuel I. Posto isto, D. João IV subiu ao trono, recuperando para sua residência os edifícios do Paço da Ribeira. Diz Júlio de Castilho (1840-1919, p. 318) que no reinado de D. João IV quem se aproximasse do Terreiro do Paço pelo lado da Alfândega, se sentiria dominado pela «nobre linha de sacadas, termin[ada] ao Sul no magnifico torreão»³⁶. A construção de um chafariz, denominado Chafariz de Apollo, no reinado de D. João IV tornou ainda mais fresco este local, enfatizando a relação entre o Terreiro do Paço e a água, já muito marcada pela proveitosa proximidade que a frente ribeirinha possuía nesta época com o Tejo.

³³ OLIVEIRA, Nicolau de – *As Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Impressão Regia, 1804, p. 145.

³⁴ Idem, op. cit., p. 145.

³⁵ ZUZARTE, Francisco – *Terreiro do Paço* [documento icónico]. [S.l.: s.n., s.d.]. – 1 desenho a tinta-da-china com aguada sobre papel: p&b; 48 x 67,5 cm.

³⁶ CASTILHO, Júlio de – *A Ribeira de Lisboa, Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840-1919, p. 318.

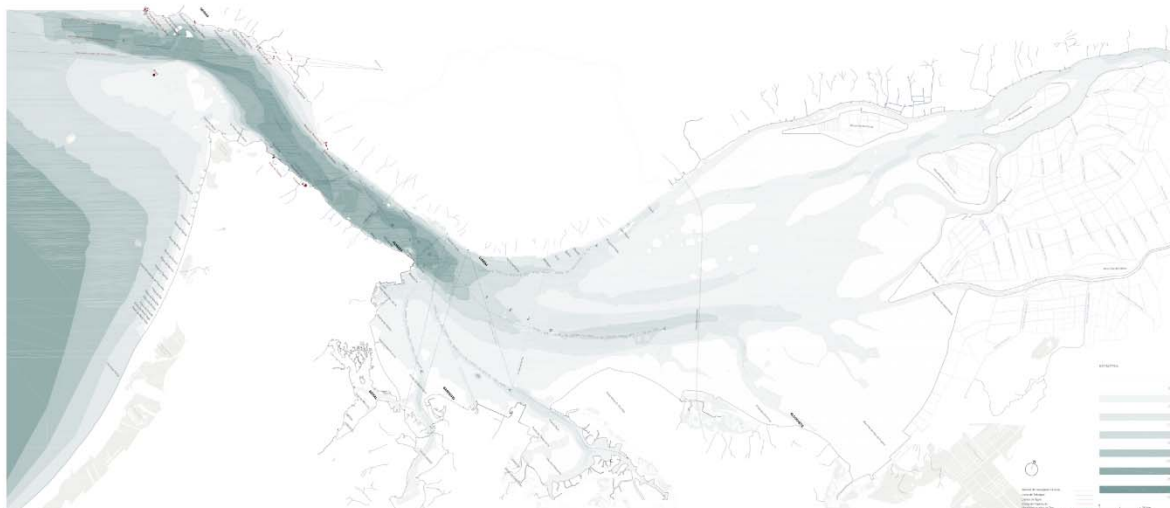


Fig. 1 - CRUZ, João. *Batimetria do estuário do Tejo*. Évora: 2014.



Fig. 2 - CRUZ, João. *Mapa com a estrutura hidrográfica do vale do Tejo*. Évora: 2014.

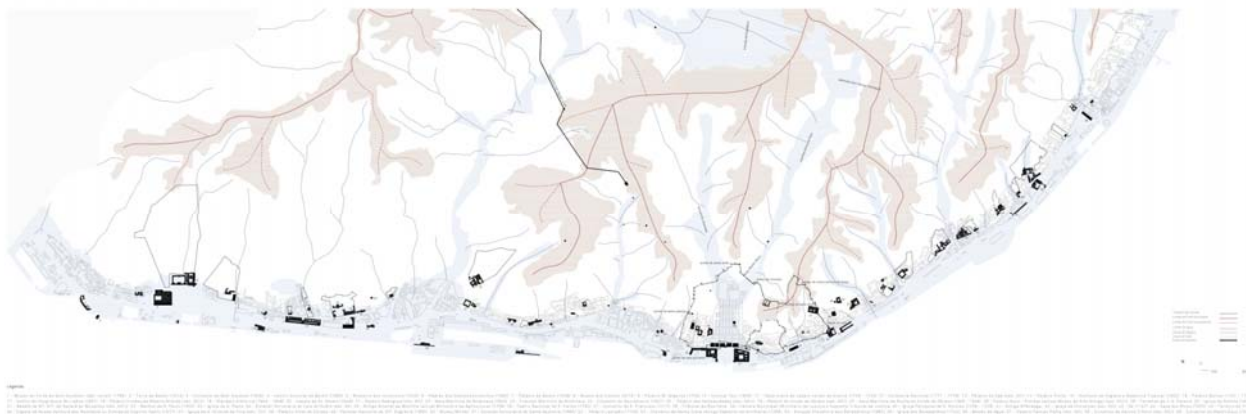


Fig. 3 - CRUZ, João. *Planta Geomorfológica da cidade de Lisboa*. Évora: 2014.

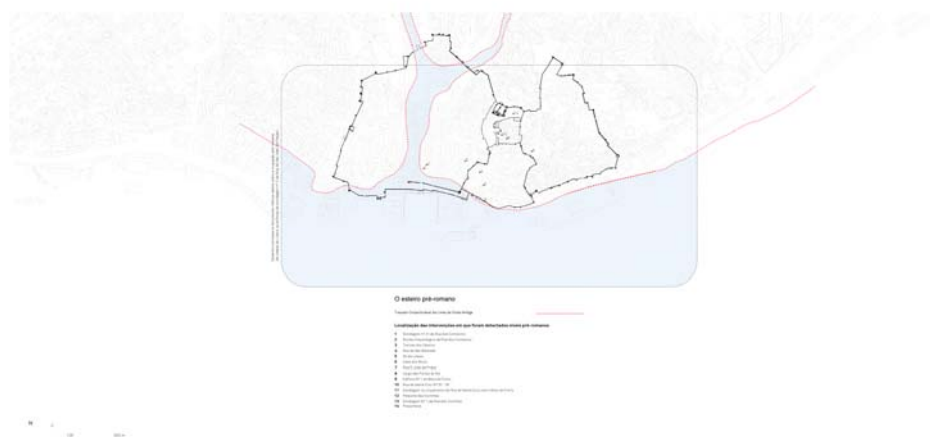


Fig. 4 - CRUZ, João. *O estero pré-romano*. Évora: 2014.



Fig. 5 - CRUZ, João. *A ribeira de Oisipo*. Évora, 2014.



Fig. 6 - CRUZ, João. *A ribeira de Allis Ubbo*. Évora: 2014.



Fig. 7 - CRUZ, João. *A frente ribeirinha em [1220]*. Évora: 2014.

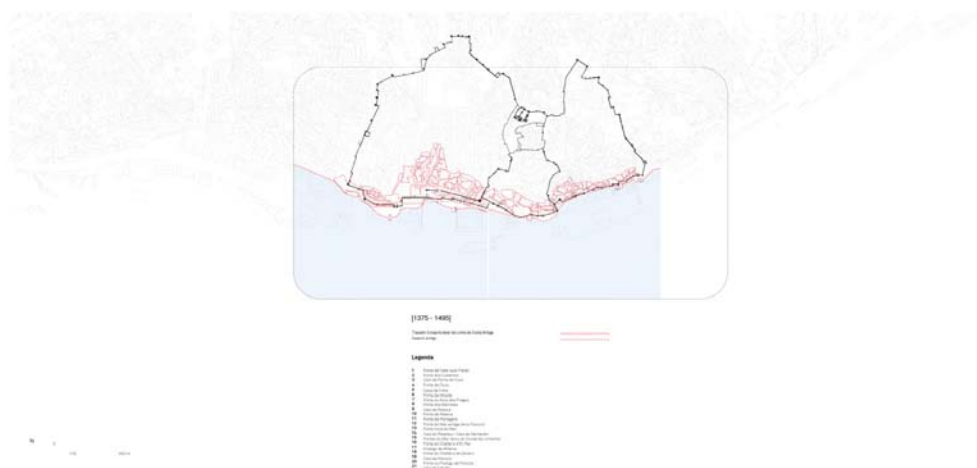


Fig. 8 - CRUZ, João. *A frente ribeirinha entre [1375 – 1495]*. Évora: 2014.



Fig. 9 - CRUZ, João. *A frente ribeirinha entre [1495 – 1521]*. Évora: 2014.

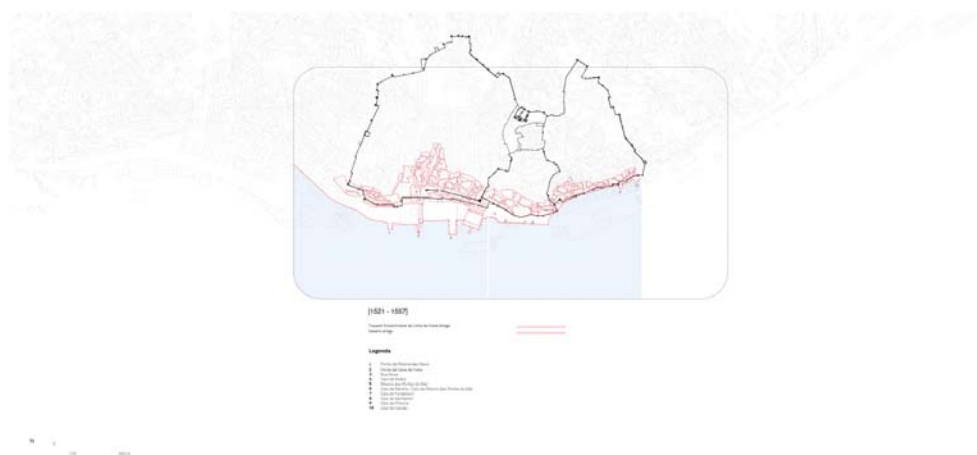


Fig. 10 - CRUZ, João. *A frente ribeirinha entre [1521 – 1557]*. Évora: 2014.



Fig. 11 - CRUZ, João. *A frente ribeirinha entre [1557 – 1604]*. Évora: 2014.

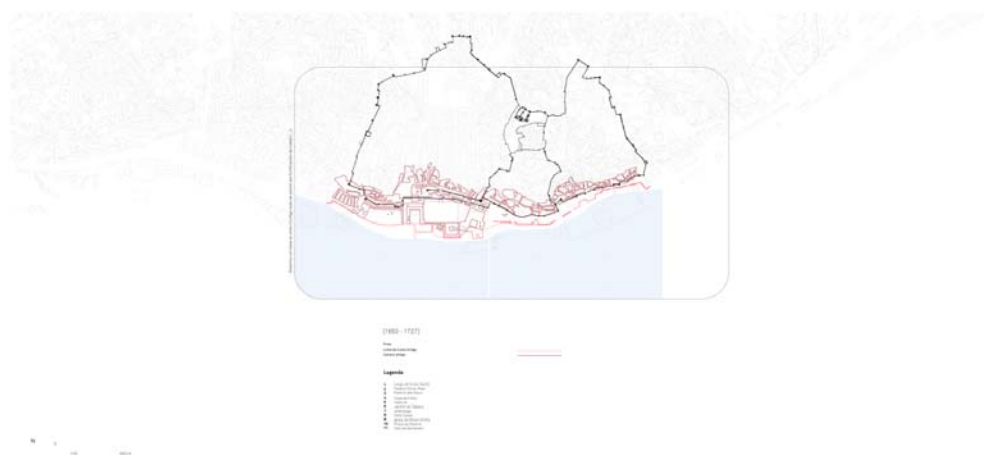


Fig. 12 - CRUZ, João. *A frente ribeirinha entre [1650 – 1727]*. Évora: 2014.

BIBLIOGRAFIA

AIRES MATEUS, ASSOCIADOS, LDA., BUGIO II, ARQUITECTURA LDA., PEDRO DOMINGOS, ARQUITECTOS LDA. – *Estudo de Intenções para o Porto de Lisboa, na Área entre Belém e Matinha*, 1ª Fase. Lisboa: Ed. APL, 2005, p. 12.

BENNING, S., HOLANDA, A. *Vista de Lisboa em 1530* [documento icónico]. [S.l.: s.n., 15--]. Disponível em [www:<URL: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fb/Lisboa_1530.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fb/Lisboa_1530.jpg).

CAETANO, C. 2004. *A Ribeira de Lisboa, Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Editora Pandora.

CASTILHO, J. 1840-1919. *A Ribeira de Lisboa: Descrição Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CORRÊA, G. 1858-1863. *Lendas da Índia*: Classe de Ciências da Academia Real das Ciências de Lisboa. 6 Vol. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências.

DAVEAU, S. 1994. *Lisboa Subterrânea: A foz do Tejo, palco da história de Lisboa*. Lisboa: Electa.

EDRICI. *Lisboa e o Tejo nos princípios do séc. XII* in *Portugal na Espanha Árabe*: Vol. I, organização, prólogo e notas de António Borges Coelho. Lisboa: Seara Nova.

GASPAR, J. 1994. *Lisboa Subterrânea: Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território*. Lisboa: Electa.

GÓIS, D. 1566-1567. *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa: impresso em casa de Francisco Correa.

LOUREIRO, A. 1906. *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*: Vol. III, pt. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

MENDES DE VASCONCELOS, L. 1990. *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*, Org. e Notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.

OLIVEIRA, N. 1804. *As Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Regia.

Palais du Comte d'Avero [sic] a Lisbonne ou Charles III a été logé [Visual gráfico]. [S.l.: s.n., 1985]. 1 rep. de obra de arte: color.; 25 x 30 cm. Lisboa, Biblioteca Nacional. Disponível em [www:<URL: http://purl.pt/12657/3](http://purl.pt/12657/3).

PIMENTA, J., CALADO, M., LEITÃO, M. 2005. «Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça» in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. [Em linha]. vol, 8, n.º 2, pp. 313-334. [Consult. 28 Jan. 2014]. Disponível na internet: <URL: <http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia>>.

VIEIRA DA SILVA, A. 1987. *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*: 3. Ed. Lisboa: CML.

Vista Panorâmica de Lisboa [documento icónico]. [S.l.: s.n., 1540-1550]. 1 desenho: p&b. Disponível em [www:<URL: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/ff/Lisboa_quinhentista.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/ff/Lisboa_quinhentista.jpg).

Vué du Palais Royal de Lisbonne [Visual gráfico]. [S.l.: s.n., 1985]. 1 reprodução de obra de arte: color.; 25 x 30 cm. Lisboa, Biblioteca Nacional. Disponível em [www:<URL: http://purl.pt/12659/3](http://purl.pt/12659/3).

ZUZARTE, F. *Terreiro do Paço* [documento icónico]. [S.l.: s.n., s.d.]. – 1 desenho a tinta-da-china com aguada sobre papel: p&b; 48 x 67,5 cm. Disponível em [www:<URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Paço_da_Ribeira_em_1755.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Paço_da_Ribeira_em_1755.jpg)